

Investigação conjunta sobre Traíra

Deputado da Comissão de Direitos Humanos vai se encontrar com procuradora militar

Chico Otavio e Amaury Ribeiro Jr

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Marcos Rolim (PT-RS), disse ontem que vai propor à procuradora-geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi Ferreira Carneiro, uma ação conjunta para investigar a morte de colombianos pelo Exército brasileiro, em 1991, na região do Rio Traíra, na fronteira do Brasil com a Colômbia. O deputado pretende ouvir, juntamente com o Ministério Público Militar, os ex-soldados Vataíde Celestino do Nascimento, o Vavá, e Antelmo Lopes Ferreira e o sargento da reserva Alberto Carneiro, que contestam a versão oficial sobre o conflito: desde 91, o Exército sustenta que os mortos eram guerrilheiros e foram mortos pelos militares brasileiros em combate. Os ex-militares, ouvidos separadamente pelo GLOBO, afirmaram que os colombianos mortos eram garimpeiros sem ligação com a guerrilha e que foram presos, torturados e mortos pelo Exército brasileiro.

— A denúncia é gravíssima. Se forem confirmadas, comprovando-se que os militares torturaram e mataram na região da fronteira, a pretexto de defender a integridade do território nacional, o que será de nossa segurança dentro do país? — perguntou o deputado.

Documentação

Fonte: *Oglobo*

Data: *6/6/2000* Pg *3*

Class.: *48*

Documentação

Fonte *O globo*

Data *6/6/2000* Pg *3*

Class. *48*

Ministério Público Militar discute caso

• Um dia depois da publicação da reportagem em que os ex-militares dão nova versão sobre o conflito, a procuradora-geral de Justiça Militar passou o dia em Manaus, onde se reuniu com a coordenadora do Ministério Público Militar no Amazonas, Maria Nazareth de Moraes. O teor da conversa não foi divulgado pela assessoria de Adriana Carneiro. Nunca foi instaurado um inquérito policial-militar (IPM) para investigar a morte dos colombianos. Em nota oficial enviada ao GLOBO e publicada domingo, o Exército reafirma a versão exposta pelo general Carlos Tinoco, então ministro do Exército, ao Senado em 1991. Tinoco afirmou que os mortos eram guerrilheiros colombianos que reagiram à ação dos militares, em resposta ao ataque da guerrilha, dias antes, ao posto do Exército. No ataque guerrilheiro, três sentinelas e dois garimpeiros que estavam presos foram mortos.

Rolim pretende ir ao Amazonas e ouvir as testemunhas. Para ele, os depoimentos dos dois ex-soldados e do sargento já justificam a abertura de um IPM sobre o conflito. O presidente da Comissão de Direitos Humanos vai procurar hoje a procuradora para acertar a ação conjunta. É possível que a comissão apresente à Procuradoria um pedido oficial de instauração de IPM.

Uma das testemunhas, o soldado Vataíde disse ontem que já começou a sofrer pressões de militares da Seção de Informações do Exército em Tabatinga para mudar seu depoimento. Segundo ele, um sargento, à paisana, o procurou insistentemente, ontem, em Tabatinga, chegando a ir até sua casa, o que deixou sua família assustada.

Advogado entrará com representação

• O advogado de Vataíde, Abdala Sahdo, se disse preocupado e afirmou que entrará com representação no Ministério Público Federal contra os comandantes de Manaus e de Tabatinga:

— Meu cliente está sofrendo tortura psicológica. Até onde sei, tortura é crime hediondo — afirmou o advogado.

Vataíde e os outros dois ex-militares afirmam que, mesmo antes da publicação da reportagem, já tinham sido procurados pelas seções de Informações das unidades do Exército em Manaus e Tabatinga. Para evitar constrangimento, o chefe do MPF em Manaus, Sérgio Lauria, vai solicitar a inclusão dos ex-militares no Programa Nacional de Proteção a Testemunhas.

Tenente diz que região foi minada

Objetivo era impedir outro ataque guerrilheiro, mas única vítima foi o oficial brasileiro

• TABATINGA (AM). A operação deflagrada pelo Exército, após o ataque guerrilheiro ao posto de fronteira em 1991, incluiu a instalação de minas terrestres na Floresta Amazônica. O objetivo era impedir a aproximação do inimigo. A única vítima conhecida, porém, foi um militar brasileiro: o tenente Joseney Lima, que perdeu a perna direita, no ano seguinte, quando estava desativando um campo minado ao fim da campanha.

Oficial reformado, Joseney, de 32 anos, diz hoje que o principal erro do Exército foi ter lançado recrutas inexperientes no conflito do Traíra. A explosão que o mutilou ocorreu no dia 9 de janeiro de 1992, quando o Exército já julgava ter afastado o risco de nova ação da guerrilha colombiana contra posições militares no lado brasileiro da fronteira.

Sargento cuidava de 50 explosivos ao redor do posto

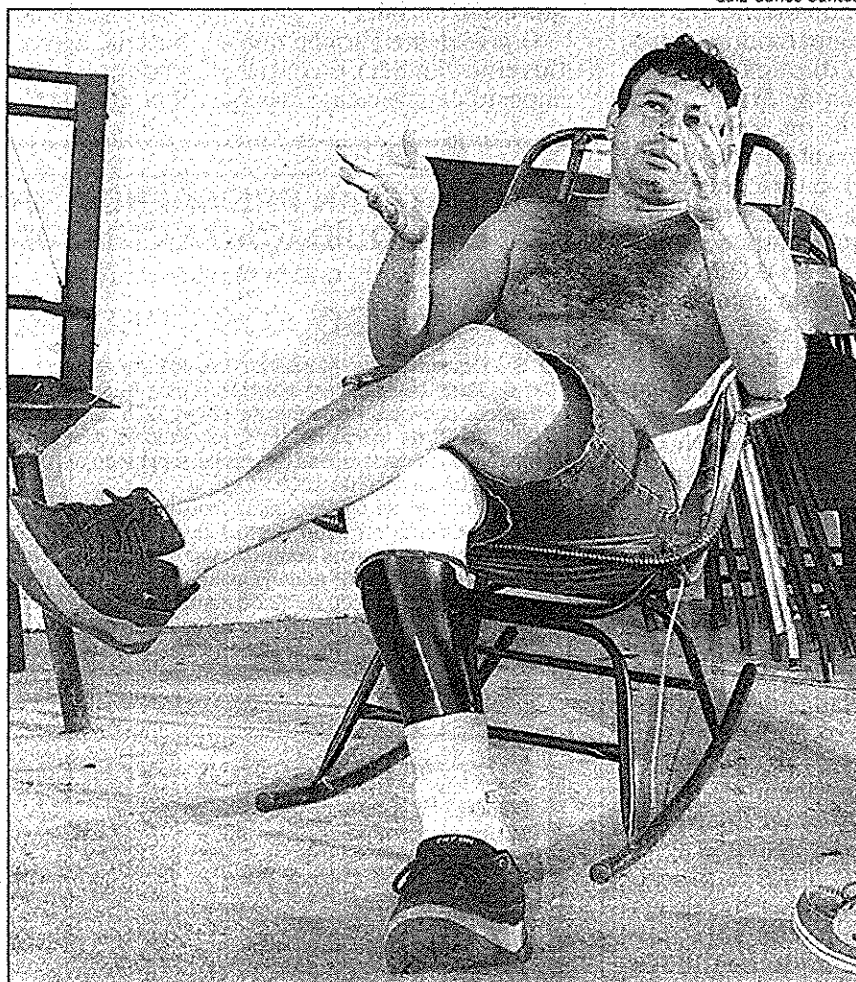
O depoimento do sargento da reserva Alberto Carneiro confirma o uso de minas terrestres na selva. Ele afirma que era responsável pela manutenção de 50 explosivos num campo minado ao redor do posto na região do Rio Traíra.

O tenente reformado Joseney Lima critica o então comandante do Batalhão de Infantaria do Solimões, coronel Evandro Augusto Pamplona Vaz, originário do seletivo grupo do Batalhão de Forças Especiais, de ter exigido dos recrutas do posto do Rio Traíra um desempenho que eles não podiam ter, inclusive em relação ao uso de materiais de guerra.

— O coronel Pamplona, testado em todos os limites da vida, jogava na selva de rapel (descida de helicóptero pendurado numa corda) soldados que estavam há três meses no quartel. Deixar um soldado inexperiente um mês no meio da selva é uma situação para lá de desumana — afirmou o tenente.

Procurado em casa e no trabalho, em São Paulo, o coronel Pamplona, hoje na reserva, não atendeu aos pedidos de entrevista.

Joseney afirma que, exasperado com a vida na selva, um soldado chegou a se jogar dentro de um chiqueiro, dizendo que era um porco. Segundo o tenente, o soldado somente se acalmou ao ser informado que iria ser mandado de volta a Tabatinga.



JOSENEY LIMA, que perdeu a perna direita ao pisar numa mina perto do posto

— Os soldados deixavam claro que preferiam ser presos a irem para o Traíra — disse.

Joseney Lima afirma que, apesar da existência de uma verba complementar para o reforço da alimentação, a ração militar no Traíra estava sendo cada vez mais racionada, enquanto o dinheiro era gasto em obras de reforma do Batalhão de Tabatinga.

Tenente mutilado diz que pretendia denunciar comandante

O tenente da reserva disse que, caso não tivesse se acidentado, denunciaria o coronel Pamplona ao Comando Militar da Amazônia, já que a última ração militar era insuficiente para manter os soldados durante um mês na selva.

— Infelizmente ao derrapar no barranco, acabei pisando numa bomba de pressão, quando desativava o campo minado do destacamento do Traíra — conta Joseney.

Integrante do Clube dos Oficiais

da Reserva de Manaus, Lima disse que, logo após a operação do Rio Traíra, o coronel Pamplona foi para a reserva depois de sofrer uma punição do Exército. Lima disse que desconhece os motivos da punição a Pamplona, que teria ficado um mês preso em Brasília.

O clima tenso no quartel é lembrado também pelo soldado Antelmo Lopes Dias, hoje com 30 anos, que disse ter sido obrigado por um capitão a torturar um amigo que tinha feito um disparo acidental quando manuseava uma metralhadora. Dizendo-se revoltado por não ter tido um acompanhamento psicológico adequado, Antelmo disse que o Exército o passou para a reserva cinco anos depois do conflito, sem direito a soldo.

— Do Traíra, só me restaram os traumas. Eu me lembro de meu amigo com um saco de areia na cabeça. Eu era obrigado a jogar água com uma mangueira, para que a areia penetrasse em seus olhos. Não foi só

Documentação

Fonte: 06 lido

Data: 6/6/2000 Pg 3

Class: 48

Luiz Carlos Santos

um sofrimento para ele. Foi para mim também — lamenta Antelmo.

Ex-soldado enfrenta até hoje problemas psicológicos

O mesmo sentimento é manifestado pelo ex-soldado Vataide Celestino do Nascimento, o Vavá, que passou a sofrer problemas psicológicos depois da operação. Vavá conta que, logo depois de regressar do Traíra, chegou a invadir o quartel da PM de Tabatinga, à procura de guerrilheiros. Para Vavá, destino pior teve o soldado Carlos Moçambique, ferido com um tiro nas costas durante o ataque guerrilheiro

— Ele passou a beber até morrer de cirrose — conta Vavá.

Ferido com seis tiros no ataque, o sargento Antônio Regis também reclama da falta de apoio do Exército. O sargento disse que teve de pagar o tratamento de uma hepatite, contraída numa transfusão de sangue na época em que se recuperava dos ferimentos. ■

Dúvidas que ainda persistem

• 1. Por que não foi aberto um inquérito policial-militar (IPM) para apurar a morte de, pelo menos, sete colombianos por soldados brasileiros?

2. Onde estão os corpos dos sete colombianos mortos no confronto? O Exército alega que foram enterrados na mata, depois de retiradas as impressões digitais.

3. Os militares dizem que mataram sete guerrilheiros no dia 5 de março e prenderam outros quatro no dia seguinte. Por que o filme que registra os dois fatos, feito pelo Exército, mostra uma sequência contrária (ou seja, os presos primeiro e os mortos depois)?

4. Se a versão oficial sustenta a morte de guerrilheiros, qual o paradeiro de garimpeiros e comerciantes que viviam na região — entre eles Carlos Ardila, Antonio Rodrigues, Manuel Rivera, Carlos Benjumia e Anaceto dos Reis — e desapareceram na época do conflito?



GUARITAS DO POSTO do Exército na região do Rio Traíra, em foto tirada por soldados em 1991, na época do conflito que resultou na morte dos colombianos

154
1/11
DOCUMENTAÇÃO

DATA 6/6/2000 Pg 3

CLASS. 48

06/06/00